

LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL E CORREÇÃO MONETÁRIA

TEORI ALBINO ZAVASCKI *

Advogado em Porto Alegre – membro do IAB/RS

1. Introdução

Dispõe o art. 18, "f", da Lei 6.024, de 13.3.74, que a decretação da liquidação extrajudicial de instituição financeira gera, de imediato, entre outros, o efeito de impossibilitar a "reclamação de correção monetária de quaisquer, dívidas passivas".

Com advento do Dec.-lei 1.477, de 26.8.76, modificado pelo Dec.-lei 2.015, de 23.2.83, abriu-se exceção à regra, para o fim de sujeitar à correção monetária os créditos do Banco Central do Brasil e do BNH, originários de operações de empréstimos, de financiamento, de refinanciamento, de assistência financeira de liquidez, de cessão ou sub-rogação de créditos hipotecários ou de cédulas hipotecárias, realizadas com recursos próprios daqueles Bancos ou de fundos por eles geridos.

Relativamente aos créditos de natureza trabalhista, o Tribunal Superior do Trabalho, em diversos precedentes, entendeu cabível a correção monetária, sob argumento de que a norma especial que fixou a correção daqueles créditos (Dec.-lei 75/66) não foi alterado pela Lei 6.024/74 (RR n. 3.403/70, DJ de 5.12.80, p. 10.397; RR 2.741/80, DJ de 5.6.81, p. 5.439; RR 433/80, DJ de 9.10.81, p.10.091; RR 4.723/77, DJ de 18.8.78, p. 5.843; RR 1.602/76, DJ de 1.7.77, p. 4.481). Majoritária, entretanto, é a corrente jurisprudencial do TST contrária à pretensão dos empregados (E-RR 716/80, DJ de 15.4.83, p. 4.710; RO-AR 487/81, DJ de 25.3.83, p. 3.538; RO-AR 274/81, DJ de 10.9.82, p. 8.815; RR 2.352/81, DJ de 2.7.82, p. 6.474; RR 4.997/80, DJ de 20.11.81, p. 1.759; RR 4.173/79, DJ de 26.6.81, p. 6.345; e muitos outros).

Há, também, em nível jurisprudencial, corrente que entende



* Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 08/05/2003.

ZAVASCKI, Teori Albino. Liquidação extrajudicial e correção monetária. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, nova série**, v.24, n. 57, p. 30-34, jan./mar. 1985.

cabível, mesmo na liquidação extrajudicial, a correção monetária de créditos com direito real de garantia, até o limite de força dos bens onerados (Apelação Cível 27.217, da 6.^a Câmara Cível do TJ do Rio de Janeiro, *in Revista de Direito Mercantil*, n. 51/83, p. 111, com comentários do Prol. Nelson Laks Eizirik).

Tirante os casos expressamente excetua dos em lei, e os isolados precedentes jurisprudenciais, o que se tem como assente, em verdade, é o entendimento de não ser devida à correção monetária do passivo das entidades em liquidação extrajudicial.

Nestas circunstâncias, considerando o devastador regime inflacionário que assola o País faz tanto tempo, o que a realidade tem mostrado é o aviltamento dos créditos habilitados. Concorre para isso a demora do pagamento, quase sempre incentivada pelos próprios ex-administradores, que, através de advogados experimentados, exploram com habilidade os inumeráveis defeitos da Lei 6.024/74, retardando o andamento dos processos de liquidação.

O interesse dos ex-administradores no retardo do processo é óbvio: enquanto, o tempo se encarrega de corroer implacavelmente o passivo social, o ativo da sociedade e o próprio patrimônio pessoal - que também responde pelas, dívidas - permanecem íntegros e valorizados. Assim, ao longo do processo, a relação entre ativo e passivo tende a modificar-se constantemente, sempre em prejuízo dos credores. E a razão básica desta injusta metamorfose está situada no art. 18, "f", da Lei 6.024/74.

Em última análise, os credores acabam pagando por uma situação a que não deram causa. Se primeiro foram vítimas do mau empresário, depois o algoz passou a ser o próprio Estado que, em decretando a liquidação extrajudicial, condenou os créditos à morte lenta

e implacável de inflação.

Ora, não é possível admitir que tão cruel realidade encontre amparo nas normas constitucionais, conforme veremos em seguida.

2. Correção monetária

Ninguém põe dúvida quanto à natureza da correção monetária: trata-se de mecanismo de recomposição do valor do crédito atingido pela inflação. É "técnica, pelo direito consagrada, de se traduzir, em termos de idêntico poder aquisitivo, quantias ou valores que fixados *pro tempore*, se apresentam em moeda sujeita à desvalorização" (Amílcar Falcão, citado na *Enciclopédia Saraiva de Direito*, vol. 20, p. 480). Não é penalidade imposta ao devedor, nem, tampouco, acréscimo ou vantagem concedida ao credor. É, simplesmente, recomposição do valor original do crédito, é reposição do crédito ao estado em que estava ao tempo em que deveria ter voltado ao patrimônio do credor. Se o pagamento da correção monetária nada acrescenta em termos reais, o seu não pagamento, este sim, violenta o patrimônio do credor, decepa-o de parcela substancial, em benefício do devedor. É por isso que o Prof. José Cretella Júnior afirma, com razão, que a correção monetária é "um dos mecanismos de impedir-se o enriquecimento sem causa, ou enriquecimento ilícito" (op. cit., p. 498).

Pode-se, portanto, sem receio, afirmar que a correção monetária exerce função de defesa do próprio direito de propriedade.

3. A intervenção do Estado na ordem econômica

A liquidação extrajudicial de instituição financeira é forma de intervenção do Estado do domínio econômico (v. *Da Liquidação Extrajudicial de Bancos no Direito Brasileiro*, do Prof. George Coelho de

Souza, São Paulo, edição particular, 1973, p. 49). Como todas as medidas da espécie, também a liquidação extrajudicial só adquire legitimidade constitucional se tiver como *objeto* o resguardo de interesses públicos, e como *pressuposto* a preservação dos direitos e garantias individuais (art. 163 da Constituição). "A União somente pode intervir se o faz em lei. Em lei, a União só intervém legitimamente se há uma das indispensabilidades que justifique a intervenção. Se há *interesse público* em se intervir e a intervenção é em virtude de lei federal, essa lei *há de ter respeitado os direitos individuais* a que o próprio art. 163 da Constituição de 1967 se refere". (Pontes de Miranda, *Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda, n. 1, de 1969*, RT, 2.^a ed., t. VI, p. 70/71, sem grifos no original).

O interesse público que justifica a liquidação extrajudicial é, genericamente, a preservação da solidez e segurança do mercado financeiro e de capitais (Lei 6.024/74, art. 15, § 1.º), a economia pública, a poupança privada e a segurança nacional (art. 31). Mas, de modo específico, o interesse público a ser preservado é o interesse dos credores. "O escopo da liquidação extrajudicial", diz Rubens Requião, "é o saneamento do mercado financeiro e a proteção adequada dos credores. Aliás, a tranqüilidade e segurança do meio financeiro de determinada praça ou região, ou mesmo de todo o país, estão em relação direta à tranqüilidade e segurança dos credores. Os credores intranqüilos ou inseguros em seus direitos são os meios motores de todos os distúrbios do mercado" (*Curso de Direito Falimentar*, Saraiva, 2.^a edição, vol. 2, p. 204). Que a proteção dos credores constitui objeto do processo liquidatório é transparente na lei. Tanto é verdade que, das quatro causas elencadas no art. 15, da Lei 6.024/74, que facultam a decretação da liquidação extrajudicial *ex officio*, três delas dizem respeito à segurança dos créditos: "quando deixar de satisfazer, com pontualidade, seus compromissos, ou quando se caracterizar qualquer dos motivos que

autorizem a declaração de falência" (letra *a*), "quando a instituição sofrer prejuízo que sujeite a risco anormal seus credores quirografários" (letra *c*), e quando em liquidação ordinária, "a morosidade de sua administração pode acarretar prejuízos para os credores" (letra *d*).

Sem razão, portanto, quem sustenta, fazendo comparação com o regime da concordata, que é também objeto primordial da liquidação extrajudicial o resguardo da empresa ou do empresário. Entre o interesse destes e o dos credores, a lei, inquestionavelmente, optou pela preservação do segundo. Para salvaguardar o pagamento dos créditos, a lei impôs aos ex-administradores a responsabilidade solidária (arts. 39 e 40), e a indisponibilidade dos bens pessoais (art. 36). Ademais, a retomada das atividades da empresa só será admitida se os interessados apresentarem "as necessárias condições de garantia" (art. 19, *a* e art. 20, parágrafo único).

Não há dúvida, portanto, que o interesse público a ser preservado por esta forma de intervenção do Estado no domínio econômico, compreende primordialmente o resguardo da integridade e do pagamento dos credores.

Ora, no regime inflacionário em que se vive, o não pagamento da correção monetária dos créditos habilitados na liquidação, representa não a preservação e sim a deterioração do interesse público. O que deveria ser protegido, acaba dilapidado, e quem deu causa à liquidação e que deveria sofrer os ônus do ato estatal (instituição e seus ex-administradores) acaba tendo seu patrimônio preservado, valorizado e injustificadamente enriquecido.

Por isso se pode afirmar, sem medo, que o art. 18, *f*, da Lei 6.024/74, é incompatível com o objeto que dá suporte constitucional à liquidação extrajudicial, qual seja, o interesse público de resguardo dos

credores da sociedade liquidanda.

E não apenas o *objeto* visado pela norma constitucional, mas também seu pressuposto necessário é fraudado pelo art. 18, *f*. Já se disse acima que a correção monetária é mecanismo de defesa do direito de propriedade. Se assim é, a intervenção do Estado no domínio econômico sem a garantia da correção monetária, representa ofensa ao direito de propriedade, e, portanto, contraria o art. 163 da CF. Saliente-se que, na espécie, a propriedade lesada não é o da parte que deu causa ao processo interventivo do Estado, mas sim a de terceiros, que em nada concorreram para o advento do ato estatal.

4. Submissão dos credores à via administrativa

Decretada a liquidação extrajudicial de instituição financeira, todo e qualquer crédito não mais poderá ser reclamado em juízo, sem antes esgotar-se a via administrativa. Ficam suspensas as ações e execuções iniciadas, não podendo ser intentadas quaisquer outras (art. 18, *a*), até o julgamento final por parte do liquidante e do Banco Central (art. 27). Esse "concurso universal" é, como na falência, condição básica para tornar possível a liquidação. Se aos credores fosse dado, desde logo, haver seus créditos pela via judicial, a liquidação administrativa perderia toda sua substância e sua própria razão de ser, eis que tanto a realização do ativo quanto o pagamento do passivo - que constituem o cerne do processo liquidatório - ocorreriam no âmbito do judiciário.

Ocorre, porém, que o esgotamento da via administrativa como condição para o ingresso em juízo, é previsto na Constituição apenas como exceção, e sob duas condições: não exigência de garantia de instância e decisão do pedido no prazo máximo de cento e oitenta dias (CF, art. 153, § 4.º).

Vale dizer, é permitida a exigência de esgotamento prévio da via administrativa, desde que à parte fique assegurada decisão rápida e que dela nada seja exigido, nem mesmo garantia de instância. E evidente a intenção do legislador constituinte: a via administrativa não pode ser prejudicial à parte, ou, pelo menos, mais prejudicial que a via do judiciário.

Assim, a liquidação extrajudicial, como via administrativa obrigatória, somente pode alcançar legitimidade constitucional na medida em que não trouxer prejuízo aos credores que a ela hão de se submeter.

Entretanto, por força do art. 18, *f*, da Lei 6.024/74, isso não ocorre, à toda evidência. Com efeito, se possível fosse aos credores ingressar em juízo sem esgotar a via administrativa, seus créditos estariam acobertados, desde o vencimento ou, pelo menos, desde o ajuizamento, pela correção monetária, conforme estabelece a Lei 6.899, de 8.4.81. Mas, como há obrigatoriedade de submissão de seus créditos ao processo de liquidação, a correção monetária lhes é denegada. Vê-se, pois, que a via administrativa da liquidação extrajudicial impõe aos credores um ônus muito mais severo que a garantia de instância: exige deles verdadeira renúncia de boa parte, senão que até da quase totalidade de seus direitos. E este sacrifício a que estão sujeitos os credores na via administrativa, não é compatível com a norma constitucional do art. 153, § 4.º.

Assim, de duas uma: ou se reconhece o direito à correção monetária também durante o curso da liquidação, ou não será legítima a submissão dos credores à via administrativa. Nesta segunda hipótese, como se sabe, a liquidação extrajudicial perderia toda sua substância e sua própria razão de ser.

5. Conclusão

Impõe-se por tudo, concluir que o art. 18, *f*, da Lei 6.024/74, ao negar direito a correção monetária dos créditos habilitados em liquidação extrajudicial, padece de evidente inconstitucionalidade. Em primeiro lugar, porque contrário ao objeto (interesse público de resguardo dos credores) e ao pressuposto (garantia dos direitos individuais) do ato intervencionista do Estado, a teor do art. 163 da CF. E em segundo lugar, porque traz aos credores, submetidos obrigatoriamente à via administrativa, prejuízos que não teriam se pudessem, desde logo, recorrer ao Poder Judiciário, o que é incompatível com o art. 153, § 4.º, da Carta Magna.